



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO
DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA



ANO XXXII Nº 085 SÃO LUÍS, QUINTA-FEIRA, 19 DE AGOSTO DE 2004 EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS
58.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15.ª LEGISLATURA

SUMÁRIO

RELAÇÃO DE ORADORES	04	RESOLUÇÃO LEGISLATIVA.....	13
PAUTA	04	PARECERES	13
ATA	04		

MESA DIRETORA

Deputado Carlos Alberto Milhomem (PFL)
Presidente

1.ª Vice-Presidente Deputada Telma Pinheiro (PFL)
2.º Vice-Presidente Deputado César Pires (PFL)
3.º Vice-Presidente Deputado Reginaldo Nunes (PL)
4.º Vice-Presidente Deputado Francisco Gomes (PFL)

1.º Secretário Deputado Joaquim Haickel (PSB)
2.º Secretário Deputado Max Barros (PFL)
3.º Secretário Deputado Geovane Castro (PFL)
4.º Secretário Deputado Hélio Soares (PP)

BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRÁTICO - BPD

1. Deputado Antonio Bacelar (PFL)
2. Deputado Amaldo Melo - licenc.
3. Deputado Camilo Figueiredo - licenc.
4. Deputado Carlos Alberto Milhomem (PFL)
5. Deputado César Pires (PFL)
6. Deputado Francisco Gomes (PFL)
7. Deputado Geovane Castro (PFL)
8. Deputado João Evangelista (PFL)
9. Deputado Joaquim Haickel (PSB)
10. Deputado Manoel Ceará (PL)

11. Deputada Maura Jorge (PFL)
12. Deputado Max Barros (PFL)
13. Deputado Pedro Veloso (PSDC)
14. Deputado Reginaldo Nunes (PL)
15. Deputado Pavão Filho (PRONA)
16. Deputado Rigo Teles (PFL)
17. Deputado Rubens Pereira (PFL)
18. Deputada Telma Pinheiro (PFL)
19. Deputada Teresa Murad (PSB)
20. Deputado Wilson Carvalho (PFL)

Líder

Deputado Rubens Pereira (PFL)

Vice-Líderes

Deputado Antonio Bacelar (PFL)
Deputado Rigo Teles (PFL)
Deputada Maura Jorge (PFL)

BLOCO PARLAMENTAR PROGRESSISTA - BPP

1. Deputado Aderson Lago (PSDB)
2. Deputado Alberto Franco (PSDB)
3. Deputado Antonio Pereira (PPS)
4. Deputado Carlos Braide (PMDB)
5. Deputado Carlos Filho (PV)
6. Deputada Cristina Archer (PSDB)
7. Deputado Deusdedith Sampaio (PMDB)
8. Deputado Elígio Almeida (PT)

9. Deputado Hélio Soares (PP)
10. Deputado Humberto Coutinho (PTB)
11. Deputada Janice Braide (PTB)
12. Deputado José Lima (PV)
13. Deputado Manoel Ribeiro (PTB)
14. Deputado Paulo Neto (PSC)
15. Deputada Socorro Waquim (PMDB)
16. Deputado Soliney Silva (PP)
17. Deputado Stênio Resende (PMDB)

Líder

Deputado Soliney Silva (PP)

Vice-Líderes

Deputado Stênio Resende (PMDB)
Deputada Cristina Archer (PSDB)
Deputada Socorro Waquim (PMDB)

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO - BPO

1. Deputado Domingos Dutra (PT)
2. Deputada Graça Paz (PDT)
3. Deputada Helena Barros Heluy (PT)
4. Deputado Julião Amin (PDT)

5. Deputado Luíz Pedro (PDT)
6. Deputado Mauro Bezerra (PDT)
7. Deputado Rubem Brito (PDT)

Líder

Deputado Luíz Pedro (PDT)

Vice-Líder

Deputado Domingos Dutra (PT)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder

Deputado João Evangelista (PFL)

Vice-Líderes

Deputado Carlos Braide (PMDB)
Deputado Soliney Silva (PP)
Deputado Pavão Filho (PRONA)

COMISSÕES PERMANENTES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

I - Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Teresa Murad (BPD) - PRESIDENTE	Alberto Franco (BPP)
Stênio Resende (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Antonio Pereira (BPP)
Pavão Filho (BPD)	José Lima (BPP)
Carlos Braide (BPP)	Rubens Pereira (BPD)
Mauro Bezerra (BPO)	Helena Barros Heluy (BPO)

II - Comissão de Orçamento, Finanças e Fiscalização.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Rigo Teles (BPD) - PRESIDENTE	Antonio Pereira (BPP)
Paulo Neto (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Socorro Waquim (BPP)
Soliney Silva (BPP)	Maura Jorge (BPD)
Rubens Pereira (BPD)	Antônio Bacelar (BPD)
Rubem Brito (BPO)	Mauro Bezerra (BPO)

III - Comissão de Agricultura, Política Agrária e Produção.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Paulo Neto (BPP) - PRESIDENTE	Humberto Coutinho (BPP)
Janice Braide (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Camilo Figueiredo (BPD)
Rigo Teles (BPD)	Socorro Waquim (BPP)
Manoel Ceará (BPP)	Pavão Filho (BPD)
Rubem Brito (BPO)	Domingos Dutra (BPO)

IV - Comissão de Educação, Ciências, Tecnologia, Cultura e Desporto.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Alberto Franco (BPP) - PRESIDENTE	Teresa Murad (BPD)
Socorro Waquim (BPP) VICE-PRESIDENTE	Carlos Braide (BPP)
Pavão Filho (BPD)	Rubens Pereira (BPD)
Cristina Archer (BPP)	José Lima (BPP)
Luís Pedro (BPO)	Júlio Amin (BPO)

V - Comissão de Relações do Trabalho e Administração Pública.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Luís Pedro (BPO) - PRESIDENTE	Carlos Braide (BPP)
Eligio Almeida (BPP) VICE-PRESIDENTE	João Evangelista (BPD)
Teresa Murad (BPD)	Maura Jorge (BPD)
Manoel Ceará (BPP)	Paulo Neto (BPP)
Carlos Filho (BPP)	Fortunato Macedo (BPO)

VI - Comissão de Saúde, Seguridade e Ação Social.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Humberto Coutinho (BPP) - PRESIDENTE	Camilo Figueiredo (BPD)
Antônio Pereira (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Manoel Ceará (BPD)
Eligio Almeida (BPP)	Stênio Resende (BPP)
João Evangelista (BPD)	Cristina Archer (BPP)
Wilson Carvalho (BPD)	Fortunato Macedo (BPO)

VII - Comissão de Assuntos Municipais e Desenvolvimento Regional.Titulares

Cristina Archer (BPP) - PRESIDENTE
 Maura Jorge (BPD) - VICE-PRESIDENTE
 Rigo Teles (BPD)
 Antonio Bacelar (BPD)
 Julião Amin (BPO)

Suplentes

Rubens Pereira (BPD)
 Deusedith Sampaio (BPP)
 Paulo Neto (BPP)
 Antonio Pereira (BPP)
 Luís Pedro (BPO)

VIII - Comissão de Defesa do Consumidor.Titulares

Maura Jorge (BPD) - PRESIDENTE
 Fortunato Macedo (BPO)
 Deusedith Sampaio (BPP)
 Carlos Braide (BPP)
 Teresa Murad (BPD)

Suplentes

Carlos Braide (BPP)
 Humberto Coutinho (BPP)
 João Evangelista (BPD)
 Antônio Bacelar (BPD)
 Helena Barros Heluy (BPO)

IX - Comissão de Defesa dos Direitos Humanos.Titulares

Antônio Pereira (BPP) - PRESIDENTE
 Helena Barros Heluy (BPO) - VICE-PRESIDENTE
 Paulo Neto (BPP)
 Wilson Carvalho (BPD)
 Antônio Bacelar (BPD)

Suplentes

Janice Braide (BPD)
 Rigo Teles (BPD)
 Elígio Almeida (BPP)
 Deusedith Sampaio (BPP)
 Maura Jorge (BPD)

X - Comissão de Obras, Serviços Públicos e Habitação.Titulares

Pavão Filho (BPP) - PRESIDENTE
 Maura Jorge (BPD) - VICE-PRESIDENTE
 Socorro Waquim (BPP)
 Carlos Filho (BPD)
 Domingos Dutra (BPO)

Suplentes

Cristina Archer (BPP)
 Alberto Franco (BPP)
 Rigo Teles (BPP)
 Wilson Carvalho (BPD)
 Rubem Brito (BPO)

XI - Comissão de Meio Ambiente, Minas, Energia e Turismo.Titulares

Deusedith Sampaio (BPP) - PRESIDENTE
 José Lima (BPP) - VICE-PRESIDENTE
 Janice Braide (BPD)
 Carlos Filho (BPP)
 Domingos Dutra (BPO)

Suplentes

Cristina Archer (BPP)
 Paulo Neto (BPD)
 Pavão Filho (BPD)
 Teresa Murad (BPD)
 Luís Pedro (BPO)

XII - Comissão de Ética.Titulares

Stênio Resende (BPP) - PRESIDENTE
 Soliney Silva (BPP) - VICE-PRESIDENTE
 Wilson Carvalho (BPD)
 João Evangelista (BPD)
 Julião Amin (BPO)

Suplentes

Rubens Pereira (BPD)
 Rigo Teles (BPD)
 Alberto Franco (BPP)
 Paulo Neto (BPP)
 Helena Barros Heluy (BPO)

XIII - Comissão de Economia, Indústria e Comércio.Titulares

Antônio Pereira (BPP) - PRESIDENTE
 Soliney Silva (BPP) - VICE-PRESIDENTE
 João Evangelista (BPD)
 Camilo Figueiredo (BPD)
 Mauro Bezerra (BPO)

Suplentes

Carlos Filho (BPD)
 Manoel Ceará (BPP)
 Pavão Filho (BPD)
 Teresa Murad (BPD)
 Fortunato Macedo (BPO)

XIV - Comissão de Legislação Participativa.Titulares

Rubens Pereira (BPD) - PRESIDENTE
 Luís Pedro (BPO) - VICE-PRESIDENTE
 Camilo Figueiredo (BPD)
 Deusedith Sampaio (BPP)
 Janice Braide (BPP)

Suplentes

Elígio Almeida (BPP)
 Stênio Resende (BPP)
 João Evangelista (BPD)
 Wilson Carvalho (BPD)
 Mauro Bezerra (BPO)

SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 19/08/2004 - 5.^a FEIRA

GRANDE EXPEDIENTE

1.º ORADOR (a) - 30 minutos

DEPUTADO MAURO BEZERRA

TEMPO DOS BLOCOS PARLAMENTARES

BLOCO PARLAMENTAR PROGRESSISTA - BPP - 24 MINUTOS

BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRÁTICO - BPD - 26 MINUTOS

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO - BPO - 10 MINUTOS

PAUTA DE PROPOSTAS PARA RECEBIMENTO DE EMENDAS:

DATA: 19/08/2004 – 5º FEIRA:

ORDINÁRIA 4ª E ÚLTIMA SESSÃO:

1. PROJETO DE LEI Nº 114/04, de autoria do Senhor Deputado César Pires, ficam obrigados os estabelecimentos varejistas de carne bovinas a divulgar, de forma visível, a razão social dos abatedouros de onde se originou a carne comercializada, bem como o nome e o CRMV do Médico Veterinário responsável pela inspeção sanitária.

2. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 010/04, de autoria dos Senhores Deputados Carlos Braide e Geovane Castro, concedendo Título de Cidadão Maranhense ao Comandante Olivar Weba de Amorim Alves, natural de Vila Gurupi, Estado do Pará.

SECRETARIA GERAL DA MESA DIRETORA DO PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, 18 de agosto de 2004.

VISTO:

Carlos Augusto Ferreira Verde
Ag. Leg. Adm. Ref. 22

Ata da Quinquagésima Sétima Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Quinta Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, lavrada em dezoito de agosto do ano dois mil e quatro.

Presidente deputado Reginaldo Nunes.
Primeiro Secretário deputado Pavão Filho.
Segundo Secretário deputado César Pires.

Às nove horas e trinta minutos, presentes os deputados Aderson Lago, Alberto Franco, Antônio Carlos Bacelar, Carlos Braide, Carlos Filho, César Pires, Cristina Archer, Domingos Dutra, Francisco Gomes, Graça Paz, Helena Barros Heluy, Hélio Soares, Janice Braide, Joaquim Nagib Haickel, Julião Amin, Luiz Pedro, Manoel Ceará, Manoel Ribeiro, Maura Jorge, Mauro Bezerra, Max Barros, Pavão Filho, Pedro Veloso, Reginaldo Nunes, Rigo Teles, Rubem Brito, Rubens Pereira, Soliney Silva, Stênio Rezende e Wilson Carvalho.

Ausentes Antônio Pereira, Carlos Alberto Milhomem, Deusdedith Sampaio, Elígio Almeida, Geovane Castro, Humberto

Coutinho, João Evangelista, José Lima, Paulo Neto, Socorro Waquim (com justificativa), Telma Pinheiro e Teresa Murad.

I - ABERTURA

O SENHOR PRESIDENTE REGINALDO NUNES – em nome do povo e invocando a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos. Com a palavra o senhor segundo secretário para leitura do texto bíblico e ata da sessão anterior.

O SENHOR SEGUNDO SECRETÁRIO CÉSAR PIRES – (Lê texto bíblico e lê Ata). Ata lida Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE REGINALDO NUNES – Ata lida e considerada aprovada. Solicito ao Senhor Primeiro Secretário para proceder a leitura do expediente.

O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO PAVÃO FILHO – Não há expediente para leitura.

II - PEQUENO EXPEDIENTE

O SENHOR PRESIDENTE REGINALDO NUNES - Com a palavra o senhor deputado Domingos Dutra.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA (sem revisão do orador) - Senhor presidente, senhores deputados, imprensa e galeria. Inicialmente eu quero comunicar a V.Exa. que nós apresentamos uma emenda à Medida Provisória 005 alterando o parágrafo 2º do artigo 1º. É que o governo do estado através dessa medida provisória está abocanhando 70% de todos os depósitos judiciais. E por essa medida provisória os recursos são destinados unicamente para a segurança e para o sistema penitenciário. Por outro lado há um impasse gerado com os professores e acho que o governador do estado, e aí eu pediria a atenção do deputado Rubens Pereira, que é líder do bloco, deputado Carlos Braide que é vice líder. Há um conflito hoje que atinge todo o Maranhão, no que diz respeito aos professores de Estado, considerando que no Maranhão poucos municípios têm escola privada, eu entendo que esta questão não é questão unicamente de professor. Em cada sala de aula tem, no mínimo cinquenta alunos, e cada aluno tem uma família, em cada família tem pelo menos cinco pessoas. Os professores estão pacientemente tentando de todas as formas de encontrar alternativa. O governo do estado encontrou agora uma alternativa de ter recursos que é pegar os depósitos judiciais para destinar ao sistema de segurança. Há informações de que esses depósitos podem chegar a cem milhões de reais, ou que podem chegar a quarenta milhões. Vamos supor que sejam quarenta milhões, 70%, totalizam vinte e oito milhões de reais. Então eu acho que esses recursos, Deputado Rubens Pereira, podem ser uma alternativa para também resolver a questão dos professores, e a emenda que nós apresentamos, eu, a deputada Janice Braide, Paulo Neto, Luiz Pedro e Alberto Franco também destina parte desses recursos para honrar os compromissos com os professores. Eu acho que essa é uma medida... Deputado Rubens Pereira, que está aqui como líder do bloco, deveria sinalizar para o governo do estado, porque não se compreende um governo que não tem recurso, na hora que aparece o recurso não destina para os professores. Portanto, eu queria aqui dizer

que apresentando essa emenda coletiva, nós estamos oferecendo mais uma alternativa para o governo, porque o ano letivo pode ser paralisado no dia 23 se não houver uma saída dessa questão. Eu acho que quem quiser subscrever a emenda, esta passará a ser a emenda a todos os parlamentares. E ontem, deputado Max Barros, no impasse que gerou, que quase ocorria um desastre aqui, o deputado Carlos Alberto Milhomem mais uma vez se colocou a disposição do movimento, designou uma outra comissão, nós conseguimos amenizar os conflitos lá embaixo, subiram dez professores, reuniram-se com o presidente da Assembléia e nós definimos amanhã às 10:30h uma reunião da comissão de parlamentares e dos professores aqui na Assembléia, definimos apresentar essa emenda e segunda-feira teremos uma outra reunião com o secretário Simão Cirineu e quinta-feira nós vamos pedir audiência com o governador para ver se há um acordo para esse problema. E o deputado Carlos Alberto Milhomem credenciou o deputado Dutra, Alberto Franco, Janice Braide, Luiz Pedro e Paulo Neto para acompanhar todas essas negociações daqui por diante, conforme ficou acertado de que a Assembléia participaria delas. Houve uma reunião com Dr. Simão Cirineu que, segundo os participantes, ele esbravejou, gritou, esmurrou a mesa e nós queremos dizer deputado Rubens Pereira, que é preciso conter o Simão Cirineu. O Cirineu chegou ontem, é um técnico, burocrata, não conhece o estado, não tem relações com ninguém e ele não pode simplesmente através da frieza dos números querer encarar um problema que é político e acho que se o governador embarcar nessa do Cirineu eu acho que ele pode se arrebrantar, porque os professores não estão brincando, ontem aqui poderia ter morrido gente, poderiam ter quebrado a Assembléia e nós achamos que nós não podemos transferir para a Assembléia uma responsabilidade que é do governo do estado. Senhor presidente, eu também neste último minuto quero dizer que há um descompasso nas medidas provisórias. É que as medidas provisórias por esse regulamento, os prazos começam a partir da publicação no Diário Oficial do Poder Executivo, e as medidas estão chegando aqui atrasadas; quando são publicadas aqui para tramitar já passou o prazo de emendas a partir do regulamento, que o prazo começa não da publicação no Diário da Assembléia, mas na publicação no Diário do Poder Executivo. Então eu gostaria que a Mesa que apresentou esse regulamento de forma apressada, resolvesse esse conflito que há entre a tramitação regulamentada por essa Resolução 009 e a publicação no Diário do Poder Executivo, porque o Poder Executivo, por exemplo, publicou essa medida provisória no dia 6 e publicou ontem dia 17 nesse Diário, portanto os prazos nós já perdemos. Eu acho que esse regulamento está errado, está equivocado e nós temos que resolver isso, porque senão nós seremos prejudicados na apresentação de emenda, parecer de comissão, apreciação do plenário porque há um descompasso entre a publicação no Diário da Assembléia e a publicação no Diário do Poder Executivo. Obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE REGINALDO NUNES – Deputado Rubem Brito.

O SENHOR DEPUTADO RUBEM BRITO (sem revisão do orador) - Senhor presidente em exercício desta sessão, senhores deputados, senhoras deputadas, profissionais de imprensa, senhores e senhoras que assistem esta sessão. Volto

a esta Tribuna para continuar insistindo na solução da problemática, uma das mais graves do nosso Estado, que é o caos no sistema rodoviário do nosso Estado. Todos são testemunhas que desde o primeiro momento que ocupamos um assento nesta Casa, nós temos cobrado do governo do Dr. José Reinaldo providências, e mais do que providências, um programa não apenas de recuperação das nossas estradas estaduais que chegam a quase quatro mil quilômetros mais também um programa de manutenção permanente e conservação das nossas estradas. Porque entendemos que uma política de conservação das nossas estradas, uma política de manutenção permanente, inclusive com a volta dos distritos rodoviários que foram responsáveis, tanto no plano federal quanto no plano estadual, pela manutenção das nossas estradas. Isso fez com que as nossas estradas pudessem ter uma vida útil maior do que acontece hoje. Há 20 anos nós estamos sem manutenção e sem uma política de conservação das nossas estradas. O mato está tomando conta das estradas, as estradas estão esburacadas, parece até que estamos no Iraque da pós-guerra de ocupação dos Estados Unidos. Na sessão passada na Comissão de Exame das Estradas que foi instituída por esta Casa depois de muito clamor, clamor dos prefeitos, clamor de deputados de todas as correntes partidárias, inclusive da base governista, deputado Rubens Pereira, somou-se a nós da oposição nas cobranças das estradas e vários outros deputados, o deputado Max Barros aqui do PFL... Durante quase dois anos estamos a solicitar do governo providências. Nesta última quinta-feira o Dr. Dominici esteve, finalmente, presente aqui nesta Casa, atendendo um convite, antes ele já havia sido convocado. Nessa reunião o deputado Max Barros fez graves denúncias, graves denúncias que precisam ser apuradas. Denúncias de que a Secretaria de Estado de Infra-Estrutura havia sido transformada em uma fábrica de faturas frias, e o Dr. Max Barros com a autoridade que o povo lhe investiu e também com autoridade de técnico-engenheiro que já ocupou cargos importantes neste setor rodoviário do estado, denunciou com todas as letras que o Dr. Dominici e o governador pagaram faturas frias da ordem de dois milhões quatrocentos e oitenta e três mil a empresa Esquadro Construções Limitadas e que também pagou uma fatura fria de um milhão e sessenta mil à Sutepa S/A, por duas estradas de Governador Nunes Freire até Santa Helena e a outra de Poção de Pedra até Esperantinópolis que foram concluídas no governo da Dr.^a Roseana Sarney. O líder do bloco parlamentar independente desta Casa, o deputado Soliney Pires, desafiou o deputado Max Barros a apresentar um pedido de CPI aqui nesta Casa e a assinatura do deputado Soliney seria a segunda. E eu reafirmo hoje o que eu disse ontem, quando imaginava que o Dr. Max Barros havia adoecido depois daquela sessão eleitoral e ele pudesse estar com febre de sapo em casa sem poder vir a sessão. Eu reafirmo aqui que serei o terceiro deputado a por a minha assinatura nessa Comissão Parlamentar de Inquérito, e o deputado Max Barros senhor presidente para concluir, está desafiado a apresentar essa CPI, porque as denúncias foram gravíssimas e se ele não apresentar essa CPI será uma demonstração que na verdade ele não quer de fato apurar, quer ficar apenas na denúncia vazia. De forma, senhor presidente, que eu retorno a esta Tribuna para reafirmar o que disse ontem, a minha assinatura seria a terceira assinatura aposta ao pedido de CPI do deputado Max Barros para o que ele está desafiado a fazê-lo. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE REGINALDO NUNES – Deputado César Pires.

O SENHOR DEPUTADO CÉSAR PIRES (sem revisão do orador) – Que Deus abençoe a todos nós. Senhor presidente, senhores da Mesa, senhores deputados, imprensa, galeria, senhores servidores. Assistia eu ontem a tarde uma reprise do plenário do Senado Federal. E ali discutia-se a questão do financiamento por parte do governo federal dos estudantes brasileiros do 3º grau, uma proposta do financiamento de quase cinquenta mil estudantes sendo beneficiados pelo governo federal. E confesso que rememorando toda uma história de vida, vi que também fui fruto desse processo de financiamento escolar. Mas o que é mais importante de tudo isso é que naquela época o financiamento do ensino do 3º grau não precisava de avalista, e hoje, o que na verdade nós precisamos são de dois, chegando até três processos de avalista de ensino de 3º grau, conforme proposta pelo governo federal. Na verdade é uma aberração demonstrando claramente de que o governo também não acredita muito na força da intelectualidade, na força do conhecimento como forma de reversão da perversidade de exclusão social por falta de conhecimento. Hoje pela manhã também, pude ver os professores da Universidade Estadual que ligaram e dois que foram até minha casa, colocaram a dificuldade por que passa aquela instituição nesse momento. E volto a afirmar que anteontem estive também reunido em Imperatriz com os professores da Universidade Estadual do Maranhão e o que é pior, quero dar este testemunho para vocês Não tem material nos laboratórios para os cursos de Agronomia e Veterinária, não tem microscópio para poder se dar aula prática e eu pergunto: como pode se dar Biologia, como pode se dar Citologia, como pode se dar Biofísica sem poder ter laboratório? Estão na verdade formando Veterinários e Agrônomos e eu quero fazer esta denúncia e quero fazer registro nos Anais desta Casa e uma alerta, para que num futuro próximo não venham condenar que a Assembléia se omitiu e não colocou na sua pauta de discussão o fracasso do ensino do 3º grau. Estão tá sendo colocado no Maranhão dificuldades de toda ordem. Isso que vocês estão vendo, da questão salarial, na verdade é a ponta do iceberg. Na verdade, a profundidade dos fatos, se ali nós chegarmos, vamos encontrar muito mais mazelas e muito mais dificuldades em relação a essa questão do 3º grau. Em relação ao ensino básico, eu posso dizer pra vocês que também, reunido com professores, peregrinei o Sul do Maranhão e que eu encontrei na verdade é a impossibilidade formal de se iniciar aula no dia 23. Recusam-se os professores a dar aula a partir do dia 23 se esse impasse da retirada das medidas provisórias não for resolvido... Mas vejam, alarmante mais ainda é que ano que vem noventa e seis mil alunos, eu vou repetir para que essa Assembléia possa ouvir e peço que se registre nos Anais desta Casa, noventa e seis mil alunos que saem do ensino fundamental para o ensino médio ficarão de fora da sala aula. Eu faço este alerta, quero deixar aos jornalistas, aos deputados, a esta Casa, a galeria, que prestem atenção, noventa e seis mil alunos egressos do ensino fundamental e isso é só da rede pública, ficarão sem ensino, se o governo federal este ano não criar as formalidades do FUNDEF. São noventa e seis mil alunos, são dados oficiais do Estado, agora, exclui-se ainda as repetências, exclui-se ainda as impossibilidades de manter o ensino fundamental nos *modus*

operandis que estão hoje. Agora, o alarmante de tudo isso. Como pode se mudar o IDH do Maranhão não fazendo a inclusão social por aquilo que eu reputo com a melhor forma mais perfeita e acabada forma de inclusão social, que é pelo conhecimento? Não pelas benesses efêmeras de uma cesta ou da transitoriedade de 90 dias de política, mas na verdade pela sustentabilidade na inserção do conhecimento dentro dos favorecidos. Isso é um alerta que eu faço. Eu não queria, na verdade, conduzir e pautar as minhas discussões e o meu posicionamento em querelas pessoais de grupos políticos, no caso de prefeitura de interior, de prefeitura da capital. Temos as nossas paixões por prefeituras, temos, mas devemos também fazer uma alerta, uma alerta como parlamentar, de que essas famílias ficarão marginalizadas, fora da inclusão social se o governador... e o discurso do governador não passará de pífios, de pífios pronunciamentos sem sustentabilidade e na contramão da história se não fizer a retirada dessas medidas provisórias e não criar pressupostos e condições básicas para que no ano que vem noventa e seis mil alunos não fiquem de fora do ensino fundamental. Esse é o estado que eu posso dizer para vocês, a prevalecer o estado como está hoje, a situação que está hoje, o fracasso será iminente daqui há dois anos e ficará irreversível a qualquer sucessor do governo do estado se situações como essa não forem corrigidas. Posso dizer a vocês o seguinte, senhor presidente, eu digo, eu que acreditei tanto na educação começo a ver que ela não passa de um discurso e ontem eu assistindo o programa eleitoral eu disse assim: como é fácil fazer a redenção pela boca. Mas na verdade é assim é que eu digo: faz-se a redenção do Brasil, não pela boca, pelo prato de comida, mas faz-se pela sustentabilidade do cérebro da intelectualidade. E na verdade é que o Estado não está oferecendo. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE REGINALDO NUNES – Com a palavra o deputado Julião Amin.

O SENHOR DEPUTADO JULIÃO AMIN (sem revisão do orador) – Senhor presidente, senhores e senhoras deputados. Eu ia falar inicialmente sobre a reunião que nós tivemos ontem no gabinete do presidente desta Casa com uma comissão de professores, mas me chamou a atenção o pronunciamento do deputado que me antecedeu aqui, do Deputado César Pires, no que se relaciona a questão da ausência de noventa e seis mil jovens do ensino do 2º grau, nas escolas públicas no ano que vem por falta de iniciativa do governo do estado e fazendo... pressagiando, que no futuro que o Maranhão vai se complicar ainda muito mais e terá o IDH ainda nas piores condições da que nós vivemos hoje em razão dessas medidas. Eu concordo plenamente com o Deputado César Pires, mas eu só queria chamar a atenção do ilustre deputado, lembrá-lo que há oito anos que este Estado não abre escolas de 2º grau. E que o IDH do Maranhão... realmente deputado, V.Exa concorda plenamente conosco, decorre de uma política equivocada ou deliberada para prejudicar a juventude do Maranhão cometida no governo passado. E isso não se pode de maneira nenhuma desconhecer V. Exa. como autoridade no assunto, que era reitor da Universidade Estadual do Maranhão, sabe o grande mal que o governo fez para o futuro do Maranhão. Eu só queria lembrar a V. Exa. dessa situação, da qual eu tenho convicção, que V. Exa. é plenamente conhecedor, dessa situação que ocorre no nosso Estado. Mas eu subi nesta Tribuna para falar mesmo foi uma

denúncia feita ontem no gabinete do presidente da Assembléia Legislativa do nosso Estado, onde estava presente os deputados Domingos Dutra, Aderson Lago, Julião Amin, Paulo Neto, o presidente da Assembléia Legislativa do Maranhão, não me recordo se tinha mais presentes, mas os professores em reuniões que tiveram com o secretário de Planejamento do Estado do Maranhão, do atual, ele teria dito aos professores que, no ano de 2002, o Estado não teve orçamento, que foi uma ficção e que foi totalmente manipulado os números do balanço do Estado no ano de 2002. Ele disse que aquele superávit ali apresentado foi uma manipulação de dados, foi um crime cometido contra o estado do Maranhão e esta Assembléia senhor presidente, na época dirigida pelo ilustre deputado Manoel Ribeiro, dirigiu uma sessão aqui onde nós aprovamos estas contas, onde nós aprovamos o orçamento do Estado, e o que é pior, o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão nos induziu, induziu esses deputados a votarem uma ilegalidade. Então senhores deputados, senhor presidente, isso é muito grave, muito grave essa denúncia feita pelos professores e na presença do presidente desta Casa. Dizer que o Maranhão não tinha orçamento, que era uma obra de ficção, era uma ilusão e que todos os números do balanço foram manipulados para apresentar um resultado fictício e colocar como se o estado do Maranhão estivesse numa situação financeira e econômica muito boa... Então venho trazer ao conhecimento da maioria dos membros desta Casa que não estavam presente, para mostrar na verdade como era conduzido nosso estado, conduzido o estado do Maranhão. E cobrar, quero aqui cobrar do deputado Max Barros a CPI que ele prometeu trazer, porque foi o deputado Max Barros que apresentou aqui nesta Casa documentos onde comprovam que foram pagos em duplicata um determinado serviço feito pelo governo do estado do Maranhão. Então senhor presidente, cabe até à Comissão de Ética convidar o deputado Max Barros para entregar esses documentos que são atentados contra o povo do Maranhão. O nosso Estado é um Estado pobre, um Estado que passa dificuldades onde nós temos greves dos professores que estão se recusando a voltar às salas de aula por falta de pagamento, de cumprimento de um acordo, então o deputado Max Barros apresentou aqui uma imoralidade e que ele tem a obrigação de entregar nesta Casa para que se possa examinar. Ele é um companheiro, um colega nosso e nós precisamos inclusive apoiá-lo, dar segurança ao companheiro Max Barros porque essa denúncia que ele fez é muito grave senhor presidente, e nós precisamos realmente tomar conhecimento desses documentos. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE REGINALDO NUNES – Com a palavra o senhor deputado Max Barros.

O SENHOR DEPUTADO MAX BARROS (sem revisão do orador) - Senhor presidente, senhores membros da Mesa, senhores deputados, senhoras deputadas, galeria e imprensa. Na última quinta-feira nós tivemos uma audiência pública da Comissão da Estrada, onde foi convidado o secretário de Infra-Estrutura para fazer uma exposição sobre a situação na malha viária estadual que realmente, em sua grande parte, está bastante deteriorada; e o presidente da comissão, deputado Domingos Dutra, como é de praxe, abriu os trabalhos e passou a palavra ao convidado para fazer as suas considerações iniciais. O objetivo da nossa Comissão é traçar analisar a situação da malha

viária estadual e federal, para que nós detectemos os problemas e através de um relatório tracemos um diagnóstico, apresentando soluções para reverter esse quadro difícil em que se encontram tanto as rodovias estaduais quanto as rodovias federais. E nós esperávamos pergunta ao secretário por que as obras estão paradas? A estrada de Urbano Santos está parada, a estrada de Turiaçu está parada, a estrada de Benedito Leite está parada, a estrada de Porto Rico está parada, então essas informações que são fundamentais para a gente saber o que é que está acontecendo, quem deu o dinheiro para fazer as obras, por que elas não são feitas, por que elas estão paradas, prejudicando o Estado, a sua economia, a parte social, a parte de segurança e para surpresa nossa, talvez mal informado, o secretário veio para cá pensando que fosse ser agredido, em vez de ele explicar qual era a situação das estradas, qual era o recurso que tinha disponível, o que ele podia fazer esse ano, ele quis imputar ao governo anterior a situação das estradas de uma maneira agressiva e positiva, um governo do qual ele fez parte, ele foi o secretário-adjunto durante oito anos de infra-estrutura. A segunda pessoa mais importante na área de infra-estrutura é o secretário-adjunto, ele foi secretário-adjunto durante oito anos. Por que durante àquela época que ele achava que as estradas eram malfeitas, ele não acusou esses problemas? O governador no seu discurso de posse que eu tive a oportunidade de ler durante a audiência, elogiou as estradas como as melhores estradas do Brasil, que a governadora Roseana tinha saneado todas as finanças do Estado, isso ele disse no discurso de posse. E o que disse o secretário foi totalmente dissonante com a prática dele e do governador, e de uma maneira até certo ponto agressiva, tanto ao governo Roseana quanto amim pessoalmente que fui diretor do DER nos primeiros quatro anos da Roseana, que trabalhei com correção. Todas as obras foram feitas com qualidade, os projetos foram aprovados pelo Banco Mundial, que é rigoroso na análise do projeto, depois eles vêm avaliar se a estrada está bem feita ou mal feita para que os recursos possam vir, eu mostrei o documento de aprovação do Banco Mundial aprovando todas as estradas. Agora, o que tem que ser feito, é a manutenção e a conclusão das estradas que foram paralisadas não se sabe porque, porque foi deixado 500 milhões no caixa do Estado e as estradas não foram concluídas, e a manutenção não vem sendo feita, mas a maioria das estradas que foram feitas no governo Roseana e a comissão do Estado percorreu, nós fomos na BR-222 no trecho Chapadinha a Itapecuru está acabada, foi restaurada e ainda continua arrebentada, na mesma época foi recuperada a MA que vai de Chapadinha até São Bernardo, está em perfeito estado, falta só o roço e uma ponte que já existia, desde quando ela foi construída no governo Castelo que a laje está quebrada, mas ela está restaurada há mais de oito anos e está em bom estado de conservação. Está aqui a deputada Maura Jorge que sabe, a estrada que vai para Lago da Pedra, Lago do Junco, Pedreiras foi completamente restaurada e está em bom estado de conservação há oito anos, ela pode apresentar um buraco ou outro e ausência de roço agora não está tendo a manutenção. A BR-230, que foi fundamental e o deputado Manoel Ribeiro conhece bem a região do sul do Maranhão, trouxe desenvolvimento e está há mais de oito anos construída, foi aprovada pelo banco, tem alguns buracos porque é normal depois de oito anos de construída, a mesma coisa a de Tasso Fragosso à Alto Parnaíba. Então as colocações do secretário foram lamentáveis nesse sentido e ele não explicou porque não

faz manutenção, porque não conclui as obras. E eu coloquei realmente que além disso foi passado para mim, e eu recebi recentemente algumas denúncias de pagamentos suspeitos, e eu mostrei esses pagamentos suspeitos e sustento que esses pagamentos são suspeitos, que realmente precisam ser averiguados. Quanto a questão de CPI. Quem colocou a questão de CPI, segundo ele, autorizado pelo governador José Reinaldo, foi o deputado Soliney. Eu não sou menino para aceitar desafios, sou um parlamentar como todos os senhores são, e todos nós temos os mesmos direitos e as mesmas prerrogativas, e nós temos que assumir as nossas responsabilidades. No momento que eu denunciei as notas que eu considero suspeitas quem quiser criar CPI aqui que tome a iniciativa, que pode pegar as notas taquigráficas ou pode pegar as fitas, se algum momento eu disse que ia criar CPI. No momento que eu achar conveniente, que eu achar necessário, que eu achar que este é o caminho, eu tenho hombridade e sou parlamentar para tomar as minhas iniciativas, e o parlamentar que quiser tomar, por exemplo, o deputado Soliney, que foi orientado pelo governador José Reinaldo para criar a CPI, ele tem ampla maioria aqui, a bancada do governo tem ampla maioria, ele propõe a CPI e a bancada da CPI faça a CPI. Agora, as minhas atitudes eu tomo, sou homem suficiente para fazê-lo e as denúncias que fiz mantenho aqui. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE REGINALDO NUNES - Com a palavra o deputado Rubens Pereira.

O SENHOR DEPUTADO RUBENS PEREIRA (sem revisão do orador) - Senhor presidente, senhores membros da Mesa, senhores deputados, senhoras deputadas, galeria e imprensa. Senhor presidente, eu venho a esta tribuna hoje para fazer um esclarecimento, principalmente ao deputado Domingos Dutra e aos demais colegas desta Casa. Nós recebemos ontem nesta Casa uma medida provisória do governador, essa medida provisória que já está em vigor, ela autorizou o remanejamento dos depósitos da conta judicial para a conta do tesouro estadual, e na medida provisória ele diz que vai ser usado 70% dos valores da conta judicial tesouro para ser aplicado na segurança pública e o deputado Dutra está aqui propondo uma emenda à medida provisória, para que esses recursos sejam divididos para ajudar a resolver os problemas da educação, que são muitos sérios e que o governo tem que encontrar uma solução, mas nesse momento os valores que tem de depósito na conta judicial deputado Dutra, é de aproximadamente trinta milhões. Vão ser usados desse dinheiro, vinte e um milhões, que são 70% que a medida provisória está autorizando usar, vinte e um milhões. Eu quero informar a V.Exa. que a secretaria de segurança tem um débito neste momento, de aproximadamente, onze milhões de reais; débito com alimentação na penitenciária e em todas as delegacias do Estado, tem débito no setor de oficinas de manutenção dos veículos, que fazem parte da segurança pública tanto na polícia civil, como na polícia militar. Então, onze milhões desses vinte e um milhões serão usados para pagamento dessas dívidas porque senão nós vamos ficar sem condições de fornecer nem alimentação para os presos que têm nas penitenciárias e nas delegacias do Maranhão a fora. Então, a nossa situação é muito crítica, é difícil, esse dinheiro dá apenas para resolver o problema da segurança pública, porque vamos pagar os onze milhões que nós estamos devendo e vamos ficar com

aproximadamente dez milhões em caixa da segurança para ajudar a melhorar o sistema de segurança como informática, mais veículos, o sistema de inteligência da polícia. Então, esse dinheiro resolve o problema da segurança. Me informei também agora, quanto é o débito que o governo deve de atrasado para os professores, para ver se era possível retirar um pouco desse dinheiro para pagamento do débito atrasado dos senhores professores e das senhoras professoras. O débito atrasado é de aproximadamente de trinta e cinco milhões de reais, esse é o débito do governo. Então, nós dividimos esses vinte e um milhões, que só vai sobrar dez, porque onze vamos pagar as dívidas atrasadas da segurança, se nós pegarmos esses dez milhões, nós nem vamos resolver o problema da segurança pública e nem vamos resolver o problema da educação nesse momento. Então, o governador encontrou a saída para resolver o problema da segurança pública e vamos encontrar uma saída também para resolvermos o problema da educação que é grave, é séria e que o governador junto com está Casa. encontrará uma alternativa como a que nós encontramos para o problema da segurança deputado Pavão Filho. É preocupação do governador, o governador já abriu-se ao diálogo, segunda-feira já vai ter uma reunião da Comissão da Assembléia com os professores e o Dr. Cirineu para nós encontramos uma saída, esse impasse será resolvido. Dentro de poucos dias tenho certeza, que nós encontraremos uma saída e vamos resolver o problema da educação também. Agora, mexer nesse momento no problema da segurança, nós vamos deixar sem solução o problema da educação e o problema da segurança pública. Então, eu gostaria de pedir a compreensão dos companheiros, vamos resolver o problema da segurança pública e logo em seguida vamos encontrar alternativas e saída para nós resolvermos o problema da educação que é grave, sério e nós vamos ter que resolver esse problema senhor presidente. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE REGINALDO NUNES- Com a palavra a deputada Graça Paz.

A SENHORA DEPUTADA GRAÇA PAZ (sem revisão do orador) - Senhor presidente, senhora e senhores deputados, senhores da galeria, senhores da imprensa. Infelizmente o deputado Max Barros não está aqui no momento porque eu queria citá-lo no meu pronunciamento e se ele estiver me ouvindo, por favor compareça aqui, que eu gostaria de falar na presença dele. Ele falou ainda há pouco sobre as estradas, e falou sobre a estrada de Porto Rico e não é só a estrada de Porto Rico, eu como deputada do Maranhão não posso defender só o município onde eu nasci, eu defendo todo o Maranhão e quando eu vejo que a estrada de Porto Rico, que foi uma promessa da ex-governadora Roseana Sarney, desde o primeiro mandato que foi a única coisa que ela ofereceu para Porto Rico em troca da votação expressiva que ela obteve naquele município, ela não honrou com o seu compromisso nem no seu primeiro mandato e no seu segundo mandato, ela voltou lá e disse que não pôde fazer no primeiro, mas que faria no segundo, e passaram-se os quatro anos e ela também não fez no segundo mandato. Hoje está lá, ontem eu soube que a Rádio Educadora, que alguém estava denunciando na Rádio Educadora, que a ambulância de Porto Rico está quebrada. Como não pode quebrar com a estrada daquele jeito? Todas às vezes que eu vou lá no meu carro, na volta meu carro vai para oficina, porque quebra

mesmo, não temos estrada. Agora que o prefeito arrumou uma patrol para raspar as estradas, aquelas vicinais que vão para os povoados, mas a estrada principal de responsabilidade do governo do Estado está lá abandonada e eu não sei porque que as máquinas continuam lá. O empresário que começou fazer é o irmão do senador João Alberto, ele que levou aquelas máquinas para lá para começar, virou a estrada toda, veio o inverno, piorou, virou lama, antes a gente podia passar, agora nas chuvas nem passar é possível com carro pequeno, e as máquinas continuam lá, deve ser um empresário ou falido ou muito rico que não precisa mais daquelas máquinas. E nós estamos lá pedindo ao povo que não depredem porque é um bem privado, mas a vontade do povo de Porto Rico é tocar fogo naquele monte de máquinas que se encontram lá e que não fizeram a estrada. E hoje, eu vejo aqui o deputado Chico Gomes, o deputado César Pires e principalmente o deputado Max Barros, defendendo esse governo passado. E eu me retorno ao tempo passado onde Clodomir Paz, ex-deputado, deputado por três mandatos aqui nesta Casa, um deputado de muita responsabilidade, um deputado sério que levou seus mandatos com maior compromisso com o povo do Maranhão e era desse grupo e defendia esse grupo com unhas e dentes. No dia que ele resolveu sair desse grupo... não foi o povo quem tirou Clodomir, que tomou o mandato de Clodomir, foi justamente essa família Sarney, porque eles achavam que eles eram... eram, porque hoje eles já têm consciência de que o povo do Maranhão não é índio, que aqui não é tribo para se ter cacique. Você é um índio? Então, o deputado Chico Gomes está dizendo que é um índio, cujo cacique dele é Roseana e José Sarney. Então, eu não sou índio e eu acho que o povo do Maranhão não é índio para ter cacique, só se refere aqui ao senador Sarney como Cacique do Maranhão, e isso lá fora é visto como se o Maranhão fosse uma tribo, e eu não vou aceitar isso. Então, eu vejo aqui esses deputados, como deputado Chico Gomes fiel, amigo, companheiro da mesma forma que Clodomir era Chico Gomes, a mesma fidelidade, a mesma lealdade, o mesmo carinho, a mesma defesa Clodomir fazia aqui para esse grupo, quando Clodomir resolveu que não deveria mais ficar aqui e com sua hombridade veio e disse, eles botaram vigilantes em todos os municípios onde Clodomir tinha prefeituras e tiraram o mandato de Clodomir. Não foi o povo quem tirou, foi o grupo Sarney que tirou o mandato de Clodomir, e a mesma coisa meu amigo podem fazer com você, porque eles só ajudam você, só são companheiros, só são amigos quando eles estão precisando, na hora em que eles não precisam mais, eles chutam como eles fizeram com Clodomir Paz, um deputado responsável, um deputado que cumpriu com seus deveres como parlamentar. E, hoje ele está lá do outro lado, e graças a Deus estamos melhores do que estávamos antes, isso eu lhe digo porque fazemos parte de um grupo que não tem essa mesma cabeça. Então obrigada, desculpe pelo tempo, mas eu precisava dizer isso desta tribuna.

O SENHOR PRESIDENTE REGINALDO NUNES - Com a palavra o deputado Francisco Gomes.

O SENHOR DEPUTADO FRANCISCO GOMES (sem revisão do orador) - Senhores deputados, senhoras e senhores da galeria, imprensa, eu já estava inscrito antes do pronunciamento da deputada Graça Paz, mas eu gostaria de tratar aqui das coisas construtivas, que se leve a solução dos

problemas graves, não adianta está querendo se jogar... como dizia o nosso grande poeta, caboclo, Catulo da Paixão Cearense, que diz o seguinte em um dos seus poemas: "Você já viu raio cair em árvore que está caída? Não. Ninguém vê isso não". Agora, quando eu falei para a deputada, eu sei que ela não teve uma intenção racista de dizer isso, é porque eu sou efetivamente descendente de índio e quando os índios foram aqui discriminados em seu pronunciamento, eu senti dentro do meu sangue, que é sangue de índio também. Foi isso, como os negros são discriminados, como os pobres são discriminados, como muita gente é discriminada aqui. Eu sou um índio mas eu não tenho cacique. Eu sempre tive um comportamento histórico na minha vida de luta, de posições e dos meus princípios que eu sempre os defendi. Eu fiquei magoado aqui, deputada, que a senhora discriminou uma raça formadora desta raça do povo brasileiro. Foi isso o que me indignou naquele momento e de eu dizer que eu sou índio e sou índio com orgulho. O deputado Dutra geralmente fala isso, a minha bisavó é índia sim, eu sou índio com orgulho porque o índio faz parte da formação de nosso povo, tenho certeza que está no vosso sangue como está na maioria dos parlamentares que estão aqui. Era isso o que eu queria dizer, eu sei que estou perdendo tempo respondendo a essas coisas. O que eu queria tratar mesmo senhor presidente, é que eu tenho ido a Baixada e tenho recebido as reclamações dos professores, principalmente, daqueles que foram contratados. Professores que há mais de dez anos eram contratados, ano a ano contratados e que agora bruscamente foram despedidos. Então muita gente que já contava que tinha dívidas, que tinha tudo contando com esse salário e agora foram despedidos e querem contratar novos, novos recém-formados e não formados, é uma outra preocupação, não só com os professores que não têm mais como aguentar, já estão com cinco meses atrasados, não têm mais o dinheiro para comprar o pão de manhã para dar para os seus filhos, e não têm mais o recurso para pagar a conta de energia elétrica ou do aluguel da casa porque não têm esperança de receber, no futuro, e não sabem quanto vão receber aquilo que o Estado está lhe devendo. E a qualidade do ensino? Se queremos contratar professores sem experiência com salários mais baixos, então nós estamos optando pelo ensino de péssima qualidade e assim o Maranhão não vai para frente, assim as coisas não são resolvidas. É esse assunto que nós devemos tratar aqui. É agora, nós vivemos é o presente, nós não vivemos o passado, as coisas que fizeram errado no passado que nós procuremos corrigir, isso sim que nós devemos fazer, mas nós vivemos agora é o presente. As máquinas que estão lá deputada, foi um compromisso da governadora Roseana que fez a estrada Veja de Guimarães no segundo mandato dela, está lá sem um buraco. Veja a estrada de Cedral por onde a senhora anda também, não tem nenhum buraco e foi construída também por ela. E ela cumpriu e iniciou a construção da estrada de Porto Rico, mas não foi ela que mandou paralisar a estrada de Porto Rico deputada, agora não adianta ficar discutindo isso, o que adianta agora é rediscutir; vamos começar efetivamente a estrada de Porto Rico; vamos começar efetivamente a estrada de Bacurituba que tenho sempre debatido aqui que é uma estrada de apenas nove quilômetros isolando aquele município que por ser pequeno talvez não tenha o prestígio necessário e reconhecido para que aquela estrada seja atendida. É isso é que nós deveríamos discutir aqui, é a construção do agora e a construção do futuro, é agora e como fazer o futuro. Como sair

dessa crise se arrecadamos o dinheiro que estava na justiça? São vinte milhões, vinte e um milhões segundo o deputado Rubens Pereira, não dá para pagar nem a dívida que tem com os professores e nem com a segurança. E onde é que vamos buscar mais? De onde vamos tirar mais dinheiro para sair dessa crise, dessa situação? É isso que nós devemos discutir aqui, e não dizer que Roseana é ruim, quem é Cacique, que Sarney e não sei o que. Nós temos que discutir o Maranhão, não devemos desviar a rota da nossa discussão aqui na Assembléia Legislativa. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE REGINALDO NUNES - Ordem do dia. Não há matéria para ser deliberada.

III - GRANDE EXPEDIENTE

O SENHOR PRESIDENTE REGINALDO NUNES - Não há orador inscrito como primeiro orador. Tempo dos Blocos Parlamentares. BPD. Deputado Pedro Veloso ausente. BPO. Com a palavra o deputado Domingos Dutra.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA (sem revisão do orador)- Senhor presidente, senhores deputados, imprensa e galeria. Primeiro, eu quero me dirigir ao deputado Rubens Pereira. É que amanhã eu estou fazendo um requerimento ao Tribunal de Justiça, para que informe efetivamente quanto o Estado tem hoje de depósitos judiciais, mas se o Estado tem a sua disposição vinte e um milhões deputado Rubens.

O SENHOR DEPUTADO RUBENS PEREIRA- Trinta milhões.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA- Falaram-me que é 70% dos trinta milhões dos depósitos, se forem vinte e um milhões, eu acho que o Estado tem que fazer uma conta que contemple também os professores, a UEMA é a única universidade estadual, os professores são parte da população do Maranhão. Eu repito que fora São Luís, Imperatriz, Caxias, Codó um pouco, Santa Inês que têm algumas escolas particulares Deputada Graça, o restante depende de escola pública. O sistema de segurança é importante? É. Mas não se pode deixar para o último lugar o atendimento aos professores. Então, eu acho que o Dr. Simão Cirineu na segunda-feira tem que trazer na ponta do lápis o total de recursos dos depósitos, mas deve apresentar outras fontes para tentar encontrar uma saída, não adianta ficar só gritando sem encontrar alternativas. Mas senhor presidente, a questão das rodovias a partir da comissão que foi constituída, eu acho que pela primeira vez na história do Maranhão, desse parlamento, a questão da malha rodoviária estadual passou a ser uma preocupação prioritária de todos nós, e eu era um que falava de estrada de forma isolada. Hoje eu estou convencido deputado Max, que o IDH do Maranhão não vai melhorar se não houver uma melhora do sistema rodoviário maranhense, porque tudo depende das rodovias, e eu fico muito feliz pela repercussão que esta comissão tem tido. E gostaria de pedir aos membros da comissão que logo após esta sessão a gente se reuna para a gente deliberar sobre a conclusão dos relatórios. Sobre as denúncias da última quinta-feira que o deputado Max Barros apresentou e os documentos estão na comissão, porque o deputado Max Barros é relator, ele me passou os documentos,

os documentos ficaram com ele como relator, portanto os documentos estão nas mãos da comissão. E sobre as denúncias dos gerentes de estado, secretário de estado Dr. Dominici, eu quero ler aqui um requerimento de CPI, pediria a atenção de todos, porque depois eu vou pedir a assinatura de todos os deputados. Eu discordo daqueles que acham que a CPI para sair tem que ter a primeira assinatura do deputado Max e a segunda do deputado Soliney. Eu tomei a iniciativa já tenho seis assinaturas, e gostaria que todos os deputados assinassem a CPI. Eu vou ler aqui o requerimento deputada Graça. *'Senhor presidente, considerando a situação deplorável das rodovias maranhenses, expressas em estradas intransitáveis, obras paralisadas, tráfico interrompido em face do corte de rodovias e desabamento de pontes, bem como inexistência de acostamentos, falta de sinalização, de conservação e outros problemas; considerando que o caos existente nas rodovias estaduais ocasiona graves conseqüências para todas as atividades econômicas, culturais, ambientais e sociais desenvolvidas no Estado, contribuindo negativamente para o baixo Índice de Desenvolvimento Humano do nosso Estado; considerando as declarações de autoridades estaduais segundo as quais a grave situação das rodovias maranhenses decorre em grande medida da elaboração de projetos técnicos deliberadamente imperfeitos e incompletos, destinados a favorecer gestores públicos, executores de obras e serviços em detrimento do interesse público; considerando declarações de autoridades estaduais segundo as quais, gestores públicos também deixaram de fiscalizar a execução de obras e serviços contratados em rodovias estaduais para atender deliberadamente interesses privados em prejuízo ao interesse público, omissão que contribuiu para a atual situação caótica das rodovias estaduais; considerando declarações de parlamentares e outros agentes políticos denunciadoras de pagamento indevido por obras e serviços não executados e o pagamento duplo por obras e serviços em rodovias já concluídas e recebidas pelo Governo do Estado, com graves prejuízos para a moralidade pública e o erário; considerando as denúncias de descumprimento contratual por parte das empresas executoras de obras e serviços na manutenção e conservação das rodovias. Requeiro a V. Exa. com base e amparo no parágrafo 3º do art. 32 da Constituição Estadual, combinado com o art. 1º e seguintes da Lei Federal n.º 1.579, de 18 de março de 1952, e ainda o art. 31 do Regimento Interno, a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito composta por cinco membros no prazo 120 dias investigar no período de janeiro de 1995 a 31 de julho de 2004, os seguintes fatos: Primeiro, a ocorrência de pagamentos indevidos por obras e serviços não executados de responsabilidade do governo do Estado. Segundo fato: ocorrência de pagamentos superfaturados por obras e serviços executados em rodovias estaduais de responsabilidade do governo estadual. Terceiro fato: a ocorrência de duplo pagamento por obras e serviços executados em rodovias estaduais. Quarto fato: a existência de projetos técnicos deliberadamente defeituosos e incompletos dirigidos para beneficiar interesses ilícitos e estranhos ao interesse público. Quinto fato: se houve omissão deliberada por parte do poder público na fiscalização de obras e serviços realizados em rodovias estaduais, visando beneficiar interesses contrários ao interesse público e as implicações na atual situação das rodovias estaduais. E o último fato: se há*

descumprimento por parte das empresas executoras de obras e serviços de norma contratual relativa a manutenção e conservação das rodovias. Senhor presidente, esta CPI... os fatos estão determinados, o período é de 1995 até 31 de 2004, nós achamos que a situação das rodovias é grave e achamos mais grave ainda que o secretário de Estado Dr. Dominici, que foi oito anos servidor da ex-governadora Roseana, que hoje exerce a titularidade da infra-estrutura, ele declarou três coisas. Primeiro: foram feitos projetos técnicos imperfeitos para beneficiar esquema, ele afirmou que foram feitos projetos incompletos. E afirmou mais: que não houve fiscalização adequada, para que as empreiteiras pudessem se favorecer. E o deputado Max Barros, exibiu, estão na comissão dois documentos de pagamentos de obras já concluídas, pagamento feito duas vezes pela mesma obra. Portanto, a Comissão Parlamentar de Inquérito que nós estamos solicitando tem fato determinado, tem declarações de autoridades públicas e tem período determinado, não se destina a atingir pessoalmente ninguém, mas se destina a passar a limpo esta história de rodovias. Todos os governadores do Maranhão, dos últimos tempos se autodenominam de 'Governador das Estradas'. O governador Lobão apareceu até em uma revista, onde ele de braços abertos, eu acho que ali para o lado de Cururupu, tirou uma foto de braços abertos quase para voar, se tivesse dado uma ventania talvez ele tivesse subido aos céus. 'Governador das Estradas'. Depois vem a governadora Roseana e agora o governador José Reinaldo está mais uma vez com as estradas nessa situação. Portanto, eu não estou pedindo que o deputado Max Barros seja o primeiro, o segundo ou terceiro, eu só peço que todos os parlamentares... eu acho que têm obrigação de assinar esse requerimento de Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu vou onde todos e vou respeitar o direito daqueles que não queiram assinar. Agora, como o deputado Max Barros foi provocado pelo deputado Soliney que é o líder do bloco, e o deputado Soliney quando agiu na comissão, acho que ele agiu no mínimo combinado pelos seus liderados. Eu, portanto, espero que tanto o deputado Soliney quanto o deputado Max Barros assinem sem estarem preocupados se é primeiro, se é o segundo, se é o décimo, se é o quadragésimo segundo, o interessante é que nós aqui, só para concluir senhor presidente, eu acho que nós não podemos estar brincando com um assunto tão sério como esse, porque se não assinarem esta CPI também a gente vai passar a idéia de que ninguém quer nada. Isto na verdade é uma crise para abafar uma crise concreta financeira e administrativa. Portanto, eu me coloco aqui para colher as assinaturas de todos os deputados, vou aonde cada um, vou aonde o deputado Max, deputado Hélio e eu vou respeitar aqueles que por acaso não queiram assinar o documento. Muito obrigado, senhor presidente.

O SENHOR PRESIDENTE REGINALDO NUNES - Comunico a todos os senhores deputados e deputadas a pedido do deputado Carlos Alberto Milhomem, faz um convite a todos deputados, deputadas e imprensa para visitar hoje às 11:00h da manhã para visitar as obras da nova Assembléia Legislativa com a presença dos Conselheiros Tribunal de Contas, hoje às 11:00h da manhã. BPP. Com a palavra o deputado Soliney Silva, 24 minutos com direito a apartes.

O SENHOR DEPUTADO SOLINEY SILVA (sem revisão do orador) - Senhores deputados, senhor presidente, senhores jornalistas, platéia. Na última quinta-feira a Comissão Especial que foi criada nesta Casa para analisar a situação das rodovias estaduais do Maranhão, realizou uma Audiência Pública com a presença do senhor secretário de Infra-Estrutura Dr. João Dominici. E eu estava presente assistindo essa Audiência Pública onde estavam presentes todos os membros da comissão e alguns deputados, vários jornalistas presentes, e onde nós pudemos presenciar um campo de batalha de denúncias por parte do deputado Max Barros, acusando o governo atual de ter pago estradas em duplicidade, de ter feito várias cartas-convite de estradas inexistentes e o secretário João Dominici, secretário de Infra-Estrutura também fazendo denúncias a respeito das estradas feitas no governo anterior. E eu, como deputado, não fazendo parte da comissão, mas podendo apartear e até pedir a palavra na hora, achando grave, gravíssimas as denúncias partindo de um deputado com documentos, com provas e também de um secretário de Estado, um homem de bem, da mesma forma que eu tenho o deputado Max Barros como homem sério, homem de bem, denúncias graves de desvios de recursos. Então eu fiz uma sugestão, elogiei o trabalho da comissão como continuo elogiando; um trabalho brilhante, um belíssimo, de verificar 'in loco' a situação das estradas, que realmente estão ruins e encaminhar sugestão para o governo do estado, para o governo federal, para ver as providências que têm que ser tomadas, e fiz esse elogio à comissão, a todos os membros da comissão que percorreram mais de três mil quilômetros de estradas estaduais. Eu me lembro que em 99, no ano de 2000, nós também nesta Casa constituímos uma comissão para verificar a situação das estradas federais e naquele momento eu também fiz parte daquela comissão com o deputado Arnaldo, com o deputado Rubens, com o deputado José Orlando, com o deputado Hélio onde nós percorremos três mil e sete quilômetros das estradas federais e encaminhamos um relatório para as autoridades competentes, para o governo federal, para o ministro dos Transportes, enfim, para o DNER, para fazer sugestões da situação das estradas. Mas o que me trouxe aqui, em primeiro lugar, quando eu entrei agora no plenário, ouvi o comentário, ouvi agora o deputado Max Barros reafirmando todas as denúncias, e creditando a mim o pedido de CPI. Eu não fiz o pedido de CPI, eu fiz uma sugestão diante das graves denúncias que o deputado Max Barros fez, das graves denúncias que o secretário de Infra-Estrutura fez. E eu fiz a sugestão para que o deputado Max Barros, que estava fazendo aquela denúncia, encaminhasse para o Ministério Público ou então usasse a sua prerrogativa de fiscalizador e fiz a sugestão para que ele apresentasse o requerimento de CPI para a gente ver realmente quem tem culpa na história, se o governo passado ou se o governo atual. E o deputado Max Barros também, disse aqui, que quando eu fiz aquele desafio, que não foi desafio, eu fiz uma sugestão respeitosa e continuo respeitando muito, tanto a comissão como o deputado Max Barros que tenho por ele um respeito muito grande, um brilhante deputado, um brilhante parlamentar, um deputado novo, mas que tem mostrado realmente que veio aqui para trabalhar. Então, em respeito às denúncias do deputado Max Barros, em respeito também às denúncias do Dr. João Dominici, que é uma pessoa que também tem um passado de história brilhante no Maranhão, duas pessoas sérias, íntegras. Eu fiz essa sugestão que ele, deputado Max Barros,

que estava fazendo aquelas denúncias naquele momento, que ele fizesse o requerimento de CPI, que eu iria contribuir com a minha assinatura para que a gente pudesse passar tudo isso a limpo. Eu gostaria de dizer ao deputado Max Barros, que naquele momento quando fiz a sugestão, eu não estava autorizado por ninguém nem pelo governador, estava ali o deputado Soliney achando grave e gravíssima e continuo achando grave as acusações partindo de um deputado sério como partiu, partindo de um secretário de Estado sério, sério que não tem nenhuma mancha no seu passado. Eu como deputado, com a prerrogativa de fiscal do povo, eu me achei no direito de contribuir para que a gente pudesse passar tudo isso a limpo. Então está falando aqui o deputado Soliney, não está falando o líder do bloco, e como o deputado Max Barros não fez o requerimento, o deputado Domingos Dutra apresentou o requerimento, eu quero dizer ao deputado Domingos Dutra que descendo aqui desta tribuna eu irei assinar esta CPI porque eu acho que nem a governadora Roseana Sarney tem medo e nem o governador José Reinaldo tem medo de serem investigados. Sou amigo dos dois, sou amigo da senadora, sou amigo do governador, votei nos dois, tenho maior respeito pelos dois, mas não tenho dono. Aqui nesta Casa quem manda em mim são os vinte e cinco mil eleitores que me mandaram para cá, não é o governador José Reinaldo, não é a senadora Roseana, não é ninguém. Tenho amizade e tenho respeito por todos, pertencço ao grupo político e tenho certeza que a governadora Roseana e nem o governador José Reinaldo têm medo de serem investigados. Por isso vou assinar essa CPI para que a gente possa passar a limpo e saber realmente se tem culpado nessa história.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA- V.Exa. permite um aparte?

O SENHOR DEPUTADO SOLINEY SILVA- Concedo o aparte ao deputado Domingos Dutra.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA (aparte)- Deputado Soliney, eu faço esse aparte primeiro para consignar na história deste Parlamento o meu agradecimento pela sua generosidade. Eu acho que o raciocínio é este, a gente vive num país onde a democracia tenta se consolidar, mas é um momento contraditório e ao mesmo tempo em que ela avança por outro lado a população fica um pouco desanimada diante de tantas denúncias que surgem feitas por autoridades, e nós temos uma Constituição que nos obriga tendo conhecimento de um fato ilícito, adotar todas as providências e aí fica fazendo denúncias deixando ao vento. Portanto, o raciocínio é exatamente este, o governador declarou em vários jornais nacionais, jornais local de que o Estado está quebrado e uma das falências do Estado é no setor rodoviário, atribui isso ao governo passado. O secretário de Estado confirmou isso aqui dando elementos, fatos, projetos técnicos mais elaborados e falta de fiscalização. O deputado Max Barros como engenheiro, como uma pessoa que tem uma vasta experiência administrativa também fez denúncias sérias, são mais de três milhões de reais pagos indevidamente, supõe-se pago indevidamente. Portanto, eu acho que se não apurar, vai fazer de conta de que ou essa confusão é simplesmente uma farsa ou então ninguém quer apurar nada, porque todo mundo tem o dedo queimado. Portanto, eu acho que o raciocínio de V. Exa. é mais que perfeito, e eu pediria que outros deputados

seguissem o exemplo de V.Exa. para que a gente fizesse uma investigação serena e com a seriedade que os fatos exigem e com a responsabilidade que esse Poder tem. Muito obrigado e lhe agradeço pela declaração.

O SENHOR DEPUTADO RUBEM BRITO - V.Exa. permite um aparte?

O SENHOR DEPUTADO SOLINEY SILVA- Concedo o aparte a V.Exa.

O SENHOR DEPUTADO RUBEM BRITO (aparte) – Deputado Soliney, eu não estou surpreso com a posição de V.Exa, porque assim como V.Exa. analisou que as denúncias eram gravíssimas ainda mais feitas pela responsabilidade de um deputado como o deputado Max Barros, engenheiro, que foi diretor do Departamento de Estradas de Rodagens no governo da Dr.^a Roseana Murad, ainda mais com a responsabilidade técnica, eu sabia que V.Exa. ia ser o segundo a assinar esta CPI. Por isso que eu deixei um espaço entre a assinatura do deputado Domingos Dutra e a minha, porque eu tinha certeza que a segunda assinatura seria a sua, só não tinha certeza se a primeira seria do deputado Max Barros, que lamentavelmente não foi, mas tão prontamente substituído pela iniciativa do deputado Domingos Dutra. Mas eu só queria aqui lhe perguntar, porque o deputado Max Barros ao reafirmar as suas denúncias, ele não apenas acusou o secretário Dr. Dominici, ele acusou o governador, Dr. José Reinaldo de permitir que a GEINFRA se transformasse em um balcão de negócios e uma fábrica de faturas frias. E agora mesmo o deputado Max Barros ao reafirmar suas denúncias, ele colocou aqui em alto e bom som desta tribuna, que V.Exa. estava orientado, estava orientado e autorizado pelo governador José Reinaldo, e que ele não deixava de reafirmar isso em razão deste fato. De forma que V.Exa. agora ao apor sua assinatura em segundo lugar... V. Exa. havia afirmado... V. Exa. está dando aqui um exemplo de homem de palavra, lá das barrancas do rio Parnaíba. E quero lhe parabenizar aqui e me tornar solidário com a atitude de V. Exa. e dizer que mesmo V. Exa. fazendo isso como deputado e não como líder do Bloco Independente, eu creio que os outros deputados colegas nossos devem estar se sentido como eu, na obrigação de lhe seguir também nesse gesto para que a gente possa passar a limpo essa questão das estradas, para verificar mesmo se está faltando dinheiro ou se dinheiro não tem por ele ter sido desviado em faturas fictícias ou em realinhamento de preços ou em obras malfeitas, enfim, como são as denúncias que embasam esta CPI. Parabéns deputado Soliney, sinto-me na obrigação de segui-lo e também acho que os nossos pares estão nessa obrigação de seguir este seu gesto corajoso e gesto do parlamentar das barrancas do Parnaíba, que empenha a palavra e palavra empenhada é palavra cumprida, palavra dada.

O SENHOR DEPUTADO SOLINEY SILVA- Obrigado deputado Rubem Brito. Subi aqui nesta tribuna para comentar esses fatos que vêm acontecendo desde a última quinta-feira e dizer que não fiz nenhum desafio para o deputado Max Barros, fiz uma sugestão diante da gravidade das denúncias. Repito novamente, quando fiz aquela sugestão não estava autorizado por ninguém, até porque sou líder do Bloco Popular Progressista que representa dezessete deputados nesta Casa, não sou líder

do governo, sou amigo do governador, a nossa bancada, o nosso bloco é de apoio ao governo do Governador José Reinaldo Tavares, mas naquele momento o governador não me pediu e nem me autorizou a assinar a CPI. Fiz porque eu achei grave e continuo achando grave as denúncias que repito aqui, sérias e partindo de onde partiu de um deputado brilhante, de um deputado honrado e de um secretário também que tem uma história de luta e de trabalho no Maranhão. Então essas denúncias têm que serem apuradas. Por isso que eu fiz a sugestão e já que a CPI está aí eu vou assinar a CPI e quem tem sua consciência livre e assim achar se assina ou não... mas vou assinar a CPI, porque eu acho que nem a ex-Governadora Roseana e nem o Governador José Reinaldo têm nada a temer. Eu já conversei com o governador algumas vezes sobre isso e no governo passado ouvi também diversas vezes e continuo ouvindo da ex-governadora que não tem nada a temer em relação a CPI e a denúncia.

A SENHORA DEPUTADA HELENA HELUY – Vossa Excelência me permite um aparte deputado Soliney?

O SENHOR DEPUTADO SOLINEY SILVA - Eu concedo o aparte a V.Exa.

A SENHORA DEPUTADA HELENA HELUY (aparte) – Deputado Soliney, eu quero manifestar também as minhas congratulações pelo gesto de V.Exa. em ter esta visão real do que é uma CPI, nada mais é do que uma comissão de investigação e conseqüentemente até um espaço de possibilidades de defesa daquele ou daqueles sobre os quais são imputados alguns delitos ilícitos ou até mesmo possibilidades de condutas delituosas. Mas eu também eu quero dar o meu testemunho com relação a V.Exa, sobretudo aos deputado que chegaram aqui na presente legislatura que na legislatura passada V.Exa. foi um dos apenas oito deputados que subscreveram um pedido de minha lavra de uma CPI para apurar notícias publicadas no Jornal Pequeno, de 25 de março de 2001, sobre corrupção, desvio de verbas e tráfico de influências na Reforma Agrária do Maranhão, foi o ano de 2001 e a matéria apontava irregularidades no Programa Comunidade Viva. Então eu trago este depoimento como testemunha do gesto de V.Exa, que mesmo sendo do grupo que dá sustentação a este governo que é o mesmo governo, a mesma estrutura de poder da época em que se pedia esta CPI, não teve nenhuma dúvida, eu sei que V.Exa. se recorda, eu fiz o convite para que V.Exa. assinasse no ar em um programa de rádio, na Rádio Educadora e V.Exa. não teve nenhuma dúvida em assinar o referido pedido. Está entre as minhas relíquias essa minha experiência neste Parlamento. Muito obrigada.

O SENHOR DEPUTADO SOLINEY SILVA – Obrigado deputada. E dizer a todos os deputados, ao nosso bloco, como líder do Bloco Parlamentar, que o bloco está liberado em relação a CPI, mas o deputado Soliney está convicto de que neste momento essas denúncias têm que ser apuradas. Muito obrigado.

IV - EXPEDIENTE FINAL

O SENHOR PRESIDENTE REGINALDO NUNES – Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a sessão.

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o Projeto de Resolução Legislativa nº 035/2003, aprovado nos seus turnos regimentais RESOLVE promulgar a seguinte:

RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 451 /2004

Concede Título de Cidadão Maranhense ao Senhor Edilázio Gomes da Silva.

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Maranhense ao Senhor Edilázio Gomes da Silva, natural do Estado de Pernambuco.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

MANDA, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente Resolução pertencerem, que a cumpram e a façam cumprir na forma em que se encontra redigida. O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, a faça imprimir, publicar e correr.

PLENÁRIO DEPUTADO “GERVÁSIO SANTOS” DO PALÁCIO “MANOEL BEQUIMÃO”, em 17 de agosto de 2004.

Deputado CARLOS ALBERTO MILHOMEM
Presidente

Deputado JOAQUIM NAGIB HAICKEL
Primeiro Secretário

Deputado GEOVANE CASTRO
Segundo Secretário

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PARECER Nº 01/2004

RELATÓRIO:

O Projeto de Lei Nº 102/2004, de autoria da Senhora Deputada **Teresa Murad**, tem como objetivo disciplinar o acesso do público aos banheiros dos terminais rodoviários na forma que especifica.

Submetida a proposição em tela à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça, esta concluiu pela constitucionalidade da matéria. Por força regimental, cabe a esta Comissão apreciar quanto ao mérito.

Nos termos do projeto de lei em exame, “as estações rodoviárias instaladas no Estado do Maranhão, ainda que exploradas por concessão, contarão com banheiros sanitários de acesso gratuito à população.”

A iniciativa parlamentar vai ao encontro dos interesses da sociedade de consumo, visto que nas estações rodoviárias

além da venda de passagem e embarque de passageiro, são oferecidos serviços de bares, restaurante e outras atividades comerciais, portanto, imprescindível que o serviço de banheiros sanitários sejam oferecidos gratuitamente ao público, como acontece nos aeroportos e nos shoppings, como bem justifica a autora da proposição.

A presente proposição é relevante e meritória, com intenção clara de atender aos reclamos dos consumidores maranhenses, como explícita em sua justificativa.

Assim sendo, não há como deixar de acolher o projeto em apreço que certamente, contribuirá para reduzir a ocorrência de praticas abusivas.

VOTO DO RELATOR:

Em face do exposto, opinamos favoravelmente pela aprovação do Projeto de Lei nº 102/2004, na forma do texto original.

É o voto.

PARECER DA COMISSÃO:

Os membros da Comissão de Defesa do Consumidor votam pela aprovação do Projeto de Lei nº 102/2004, nos termos do voto do Relator.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO “LÉO FRANKLIM”, em 19 de agosto de 2004.

Dep. MAURA JORGE - PRESIDENTE
Dep. CARLOS BRAIDE- RELATOR
Dep. GRAÇA PAZ

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

P A R E C E R N° 159/2004

RELATÓRIO:

Tramita nesta Comissão de Constituição e Justiça, o incluso Projeto de Lei nº 092/2004, de autoria do Senhor Deputado REGINALDO NUNES, que cria o Hospital Geriátrico, em São Luís, para atender gratuitamente a população idosa e carente residentes na capital e no interior.

À Comissão de Constituição e Justiça, cabe apreciar as matérias quanto ao aspecto constitucional, legal e de técnica legislativa.

Não obstante os elevados propósitos que norteiam a proposição sob exame, a proposta apresenta-se em descompasso com as normas constitucionais vigentes.

A disciplina normativa pertinente ao processo de criação, estruturação e definição das atribuições dos órgãos e entidades integrantes da administração pública estadual matéria que se insere, por efeito de sua natureza, na esfera de exclusiva iniciativa do Chefe do Poder Executivo local, em face da clausula de reserva inscrita no art. 61, § 1º, II, “e” da CF, que consagra princípio

fundamental inteiramente aplicável aos estados-membros em tema de processo legislativo.

Na medida em que o legislador estabelece normas a serem cumpridas pelos órgãos públicos no Estado do Maranhão incorre em vício de iniciativa, eis que adentra em seara restrita ao Chefe do Poder Executivo, (art. 43, IV, da CE).

Ademais, o art. 64, II e V, estabelece que compete, privativamente, ao Governador do Estado: “iniciar o processo legislativo na forma e nos casos previsto nesta Constituição; dispor sobre a organização e o funcionamento da administração na forma da lei”.

À luz dessas considerações, está claro que a proposição em tela apresenta vício de iniciativa.

Assim sendo, não vemos como tornar viável o presente Projeto de Lei, ainda que importante, sugerimos, portanto, que o Senhor Deputado REGINALDO NUNES, autor da Proposição de Lei, apresente indicação neste sentido ao Chefe do Poder Executivo.

VOTO DO RELATOR:

Isto posto, temos para nós, que a matéria constante do Projeto de Lei nº 092/2004, é inconstitucional, e por conseguinte somos pela rejeição da matéria.

É o voto.

PARECER DA COMISSÃO:

Os membros da Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final, votam, por maioria pela rejeição do Projeto de Lei nº 092/2004, nos termos do voto do Relator.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO “LÉO FRANKLIM”, em 16 de agosto de 2004.

Deputado STÊNIO RESENDE -PRESIDENTE, em exercício

Deputado STÊNIO RESENDE - RELATOR

Deputado PAVÃO FILHO

Deputado MAURO BEZERRA - voto contrario

Deputado RUBENS PEREIRA - voto contrario

P A R E C E R N° 160/2004

RELATÓRIO:

O Chefe do Poder Executivo, utilizando-se das atribuições que lhe confere os arts. 64, IV e 47, ambos da Constituição do Estado, encaminha a esta Casa Legislativa a Mensagem 064/2004, por meio da qual opõe veto total à proposição de lei 057/2004, que dispõe sobre programa de incentivo a atividades extrativistas relacionados ao bacuri, pequi e outros produtos da região do cerrado maranhense.

Publicadas as razões do veto, no Diário da Assembléia em 03/08/2004, foi à matéria distribuída a esta Comissão de Constituição e Justiça para exame e parecer.

Ao vetar integralmente a proposição o Governador do

Estado alega que o projeto de lei, apresentado originalmente no âmbito da Assembléia Legislativa, atribui ao Poder Executivo a implementação e gerenciamento de programa fomentador da atividade de cultivo e extrativismo de produtos típicos do cerrado.

Sob a perspectiva do Governador do Estado ao ter o legislador estadual criado referido programa e atribuído ao Poder Executivo a sua implantação, através de várias tarefas a serem desempenhadas por seus órgãos estaduais, houve inobservância ao art. 43, da Constituição Estadual, uma vez que tratou sobre organização administrativa estadual e atribuições dos órgãos do Poder Executivo, matéria esta reservada a projeto de lei de iniciativa do Governador de Estado (art. 43,V da CE).

Por outro lado, o Chefe do Executivo argumenta que o artigo 6º do projeto, ao dispor sobre a punição por danos ambientais, trata apenas do cerrado, quando já existe determinação mais abrangente já constante na Legislação Federal e Estadual do Meio Ambiente, sendo de interesse público o veto a este dispositivo para resguardar os diplomas legais mais amplos sobre reparação de danos ambientais.

De fato, assiste razão ao Chefe do Executivo em sua fundamentação. Não obstante a relevância da iniciativa parlamentar.

VOTO DO RELATOR:

Pelas razões aduzidas, de ordem constitucional e legal, opinamos pela **MANUTENÇÃO** do veto total aposto à proposição de lei nº 057/2004, de autoria do Senhor Deputado DOMINGOS DUTRA.

É o voto.

PARECER DA COMISSÃO:

Os membros da Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final, por maioria, votam pela manutenção do Veto Total aposto à Proposição de Lei nº 057/2004, nos termos do voto do Relator.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO “LÉO FRANKLIM”, em 16 de agosto de 2004.

Deputado STÊNIO RESENDE -PRESIDENTE, em exercício

Deputado STÊNIO RESENDE - RELATOR

Deputado MAURO BEZERRA – voto contrario

Deputado RUBENS PEREIRA



**ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO
DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA**

PODER LEGISLATIVO

EDITADO PELA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Registro no cartório de títulos e documentos sob os números 1.780 e 24.950.
Rua do Egito, n.º 144, Centro - Fone: 214-5885 - FAX: (098) 222-6253
CEP.: 65010-908 - São Luís - MA

Site: www.al.ma.gov.br - E-mail: secom@al.ma.gov.br

CARLOS ALBERTO MILHOMEM
Presidente

JACIR DA SILVA MORAES
Secretário de Comunicação

22 DE AGOSTO
DIA DO FOLCLORE

FOLCLORE

Exemplo de alegria,

Criatividade,

História...

Em uma das mais

Ricas Manifestações

Populares em todo

O Mundo.